

A Passeata dos Cem Mil e seu vínculo com o Ato Institucional nº 5

Everton Silva Santos¹
Tamires Gomes da Silva²

Resumo: A Passeata dos Cem Mil, foi um movimento ocorrido durante período de Ditadura Militar no Brasil. É quase impossível se remeter a esse grande evento, sem recordar a participação dos estudantes. A União Nacional dos Estudantes – UNE, foi criada com o objetivo de defender e congregar os interesses de todos os estudantes universitários nas grandes discussões nacionais do país. Percebeu-se que a Passeata dos Cem Mil acirrou ainda mais a tensão dos segmentos extremistas do regime militar, coagindo-os assim, a criarem o Ato Institucional mais cruel e devastador de todos os outros, denominado como AI-5. Neste contexto, surge a problemática da pesquisa: Qual foi o papel da Passeata dos Cem Mil para o fortalecimento ou enfraquecimento do regime militar brasileiro? A metodologia utilizada foi o resumo de assuntos, pois se fundamentou na fonte bibliográfica. Observa-se então, que a mobilização estudantil de 26 de junho de 1968, alcançou parcialmente o seu objetivo. O sentimento de vitória foi evidente um dia após a Passeata. Os estudantes e a sociedade por um momento tiveram esperança que conseguiriam a dissolução do governo militar. Contudo, meses depois foi criado o AI-5, que exibiu de forma grandiosa o poder e a força dos militares.

Palavras-Chave: União Nacional dos Estudantes; Passeata dos Cem Mil; Ditadura Militar, Ato Institucional - 5.

The Walk of the Hundred Thousand and its link with the Institutional Act nº 5

Abstract: The Walk of the Hundred Thousand, was a movement occurred during the period of Military Dictatorship in Brazil. It is almost impossible to refer to this great event without remembering the participation of the students. The National Union of Students - UNE was created with the objective of defending and congregating the interests of all university students in the country's great national discussions. It was noted that the Hundred Thousand-Year Walk increased the tension of the extremist segments of the military regime even further, thus compelling them to create the most cruel and devastating Institutional Act of all, known as AI-5. In this context, the research problem arises: What was the role of the Hundred Thousand Turn to

¹ Mestre em Direito-Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP (2017). Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho-Centro Universitário Adventista de São Paulo (2016), UNASP. Graduação em Direito pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (2013). Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (2009). Atualmente é advogado e Professor Universitário no curso de Direito da Faculdade de Americana-SP. Membro associado do CONPEDI com artigos publicados no Uruguai, Brasil e Portugal. E-mail: everton_santos87@hotmail.com

² Mestranda em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP/SP. Tornou-se Bacharel em Ciências Contábeis (2013), pelo Centro universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho/SP. Graduanda em Direito pelo Centro universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho/SP. E-mail: tami.ja@hotmail.com

strengthen or weaken the Brazilian military regime? The methodology used was the summary of subjects, because it was based on the bibliographic source. It is observed, then, that the student mobilization of June 26, 1968, partially achieved its objective. The feeling of victory was evident the day after the Passeata. The students and society for a moment had hope that they would achieve the dissolution of the military government. However, months later the AI-5 was created, which magnificently displayed the power and strength of the military.

Keywords: National Union of Students; March of one hundred thousand; Military dictatorship, Institutional Act - 5.

INTRODUÇÃO

Este artigo relacionará a participação estudantil na Passeata dos Cem Mil de 26 de julho de 1968, com a criação do Ato Institucional 5 – AI-5. Neste contexto, surge à problemática da pesquisa: Qual foi o papel da Passeata dos Cem Mil para o fortalecimento ou enfraquecimento do regime militar brasileiro AI-5? Para responder esta questão, foi preciso analisar de forma crítica os fatos que nortearam a mobilização dos estudantes na Passeata dos Cem Mil, e a concepção que a verdade nunca é absoluta, e sim uma descrição de eventos que estão impregnados pelo tempo, costume e crenças. Sendo assim, essa pesquisa teve como objetivo geral: Entender o que foi a Passeata dos Cem Mil e sua influencia na criação do Ato Institucional-5. Os objetivos específicos foram: Contextualizar os objetivos da UNE no período de Ditadura Militar; Apresentar as principais aspirações do movimento estudantil em relação à Passeata dos Cem Mil; Verificar as principais dificuldades que o movimento estudantil enfrentou diante da Ditadura Militar e por fim, apresentar o impacto que as reivindicações trouxeram para a criação do AI-5.

Ao estudarmos o passado, conseguimos descobrir pensamentos, ideais, mundos totalmente diferentes do presente, e assim ter subsídios para inter-relacionar períodos e culturas distintas. Relembrar e trazer à tona os acontecimentos marcantes ocorridos na história e assim, conscientizar a população, que nunca devemos esquecer-nos de nossas ideais, objetivos e crenças.

De geração a geração, os estudantes vêm desempenhando um papel importante no crescimento e desenvolvimento da sociedade. É quase impossível falar em movimento estudantil sem se remeter aos fatos ocorridos durante a Ditadura Militar no Brasil. O papel da UNE através de suas reivindicações,

passeatas e mobilização em prol do melhoramento da educação superior, mas também da sociedade, relevou uma classe juvenil disposta a quebrar barreiras e atingir as diversas classes sociais em busca de um futuro melhor. Diante do presente artigo, conclui que o tema que foi estudado é enaltecido e de extrema relevância para o crescimento intelectual dos pesquisadores. O estudo dos movimentos estudantis no ano de 1968 acarretou uma extrema admiração e curiosidade sobre o período analisado. Como também um rico aprofundamento no assunto.

Contextualização do período

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007), a ditadura militar brasileira não foi um fato isolado na história da América Latina. Tiveram diversos outros acontecimentos que influenciaram o regime militar. Nesse mesmo período, outros regimes nasceram em vários países, tendo como foco as Forças Armadas. O mundo estava dividido em dois grandes blocos: um bloco comandado pelo EUA e o outro pela União Soviética. Essa divisão de poder teve como cenário de fundo a Segunda Guerra Mundial, no qual nascia assim o Brasil da “órbita da diplomacia norte-americana”, assim como os demais países latino-americanos. De acordo com Ramos (2005), nesse mesmo período o Brasil aliou forças com EUA, enviando tropas para a guerra. Iniciando assim, uma cooperação operacional que avançou muitos anos depois, e gerou doutrinas, treinamento conjunto na formação de quadros e estreita identidade ideológica com o país relacionado. Com base nessa doutrina Rocha (2005), relata que foi decretado no Brasil sucessivas Leis de Segurança Nacional, sob a forma de Decretos-leis (DL em 1967 – 314 / 1969 DL 510 e 898), que funcionaram como pretense marco legal para dar cobertura jurídica à escalada repressiva.

Ramos (2005, p. 1), relata que “a década de 1960 representou para o Brasil um período de grande agitação política e de mobilização de caráter nacionalista. A União Nacional dos Estudantes (UNE) nesse momento como organização social, deve ser analisada no âmbito da luta por uma reforma universitária”. Para Benevides (2006) a década de 1960 os movimentos estudantis se constituíam uma importante

organização que representava os interesses não apenas dos estudantes, mas de toda a sociedade brasileira, principalmente nos anos iniciais da ditadura militar.

O surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE)

É difícil falar em movimento estudantil sem se remeter aos fatos e lembranças vividas durante a Ditadura Militar no Brasil. A UNE conhecida como União Nacional dos Estudantes, foi fundada em 1937, com o objetivo de criar uma entidade que defendesse e congregasse todos os estudantes universitários nas grandes discussões nacionais. “A UNE surgiu às vésperas do Estado Novo, sistema autoritário, o que significou a manutenção de um determinado controle do Estado sobre suas atividades durante algum tempo” (SANFELICE, 2008, p.17).

Rocha (2005, p. 5) nós diz:

O movimento estudantil organizado e representado pela UNE, destaca-se historicamente no processo de politização das massas. Colocou-se, como embrião, no centro das principais discussões emblemáticas dos mais variados grupos políticos. Causou impacto na sociedade brasileira nos anos 60, fez história na vida política do país, ampliou sensivelmente as tensões no debate político-ideológico que ocorria na sociedade civil. Os anos que sucederam sua criação e sua projeção enquanto entidade representativa nacional dos estudantes significou uma maior participação dos estudantes acerca dos problemas nacionais do país, assim como esteve envolvida em discussões de nível internacional, participando e enviando membros da diretoria nacional em diversos congressos estudantis pelo mundo.

Azevedo (2010), relata que os últimos anos da década de 30, surgiram imensos avanços do movimento estudantil e um deles foi à criação da UNE. Sendo uma das primeiras organizações de representação de nível nacional formada por estudantes. Azevedo (2010, p. 9) descreve algumas questões que a UNE também buscava:

A UNE se interessava também pelas questões sociais, lutando pela promoção da justiça social, pela distribuição mais igualitária da renda nacional, pelo direito à greve, pela participação dos trabalhadores nos lucros, pela congestão operária. Defendia a implantação das reformas de base, incluindo a reforma agrária, questão crucial para o país cuja discussão já vinha se arrastando há anos nas universidades, nas igrejas e nos mais diversos fóruns em vários Estados brasileiros. Os estudantes, representados pela UNE, manifestavam então grande interesse pelas questões políticas, econômicas e sociais do país, através de sua presença constante nas discussões relativas aos acontecimentos nacionais.

Segundo Santos (2009), o movimento estudantil foi responsável por muitas ações e protestos em oposição ao regime. Em nenhum momento os estudantes

batalharam sozinho, sempre tiveram o apoio de partidos e organizações partidárias. Dentre esses grupo políticos destaca-se a Ação Popular e as dissidências comunistas como o Partido Comunista, a Aliança Nacional Libertadora, o Movimento Revolucionário 8 de outubro.

Para Benevides (2006) a década de 1960 os movimentos estudantis se constituíam uma importante organização que representava os interesses não apenas dos estudantes, mas de toda a sociedade brasileira, principalmente nos anos iniciais da ditadura militar.

A repressão dos militares sobre a UNE

Santos (2009), declara que durante o período de ditadura militar no Brasil, os movimentos populares sofreram intensa repressão, e dentre estes movimentos se destacou a UNE, que liderou diversas manifestações e protestos. Rocha (2005, p. 73) acrescenta “a ditadura militar fez da UNE sua maior vítima. A repressão, a tortura e a perseguição política-ideológica foram algumas das armas usadas para conter a massa estudantil e seu avanço nas campanhas nacionais e manifestações reivindicatórias”.

De acordo com Ramos (2005, p. 2):

A UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incomodada às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo clube Germânia, que a UNE ocupava nos tempos heroicos das lutas contra o nazi-facismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder.

E Rabat (2002, p.9) complementa:

Com a queda do regime democrático, em 1964, os estudantes passam a atuar firmemente contra a ditadura. Além do caráter geral da luta política, existe uma reação contra os planos do novo regime no campo específico da educação. Ademais, os estudantes lutam em defesa de suas entidades representativas, pois foi decretada a ilegalidade da UNE, das Uniões de Estudantes dos Estados e dos Diretórios Acadêmicos.

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007) foi em 1965 que a UNE começou a se manifestar com toda a sua energia. A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, impostas pelo primeiro ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda. A raiva da UNE

surgiu com força nesse período, devido ao incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes na Praia do Flamengo- RJ.

Essas manifestações cresceriam até atingir seu auge nas grandes passeatas de 1968, entrando em refluxo após o decreto do AI-5, em dezembro daquele ano, para voltava a crescer novamente a partir de 1977. Em fevereiro de 1969, o governo Costa e Silva chegou a baixar um dispositivo específico para reprimir a oposição política e a atividade crítica nas universidades, o Decreto nº 477, que previa o desligamento de estudantes, professores e funcionários envolvidos em atividades subversivas. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 23).

A morte do estudante Edson Luís Lima Souto

Em 28 de março de 1968, Edson Luís Lima Souto, de 17 anos foi assassinado pelo partido militar. Recém-chegado ao Rio de Janeiro, pobre, estudante secundarista, não traçando porte de revolucionário, morre indefeso enquanto realizava a sua refeição no Calabouço – restaurante universitário no qual auxiliava na limpeza para conseguir manter se financeiramente nos estudos. Esse foi o primeiro assassinato explícito da ditadura, enfatizou os estudantes que vivenciaram o ocorrido. A morte de Edson sensibilizou vários setores da população dos mais diversificados Estados a uma repulsa enorme ao sistema vigente no país. Este episódio surtiu inúmeras manifestações estudantis e populares, como a Passeada dos Cem Mil, realizada um semestre depois. A morte de Edson Luís representou um marco, no qual todas as lembranças de 1968 se remetiam ao ocorrido e se entre cruzavam-se nos acontecimentos posteriores. (Valle, 2009).

A escalada repressiva sobre os estudantes deu novo salto a partir de 28 de março de 1968, quando policiais dispararam contra manifestação que protestava pelo fechamento do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, matando o secundarista Edson Luís Lima Souto. Ao funeral compareceram 50 mil pessoas, ocorrendo dezenas ou centenas de prisões. Dias depois, a cavalaria da Polícia Militar invadiu a igreja da Candelária, onde se realizava a missa de sétimo dia, com a presença de milhares de estudantes. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 24)

Reis Filho e Moraes (1998, p. 163), declaram que o assassinato de Edson Luís “era o primeiro assassinato político claro, a classe média ficou chocada. Não é à toa que em todas as grandes cidades do Brasil, se encadearam dezenas de manifestações”. Já Gabeira (1981, p.58) acrescenta: o jovem estudante havia sido morto pela polícia que estava a serviço da ditadura. “Ditadura que estava a serviço do capitalismo. Não se tratava de lutar contra a polícia, portanto, mas de participar

num combate muito mais amplo e mais complexo que era o combate pelo socialismo”.

Gabeira (1981, p. 58) relata:

O tiro que matou Edson disparou também um processo que a própria direção do movimento não conseguiria controlar. Primeiro foi o choque, o grito de ódio. Em seguida foi o corre-corre, o vai vêm, o zun-zum, sem que se soubesse exatamente o que fazer. A ideia de levar o corpo para a Assembleia Legislativa, na Cinelândia, foi muito importante. Com o corpo nas mãos, ninguém poderia negar aquela morte, enquanto a notícia ia correndo pela cidade, mobilizando as pessoas. De todo lado começava a chegar gente.

Ridenti e Antunes (2007, p. 4), relata que a polícia invadiu o restaurante Calabouço gerando grande conflito e movimentação. Vários estudantes ficaram feridos e conseqüentemente a morte de um – Edson. “Passeatas de protesto espalharam-se pelo resto do país onde, em Goiânia, a repressão policial matou mais um estudante”.

Durante o velório de Edson Luis, estudantes carregaram o seu corpo do Calabouço até a Assembleia Legislativa, e Ventura (1988, p.98) acrescenta que “Durante a noite e a madrugada, estudantes, intelectuais e artistas lotaram o saguão onde se realizava o velório. Discursos indignados exigiam justiça e os oradores exibiam a camisa ensanguentada do morto”.

Carneiro (2010, p.32) complementa:

No velório desse estudante houve todo um processo de articulação em relação ao que se faria posteriormente. Ao mesmo tempo que houve uma disputa sobre o corpo. Se entregariam o corpo ao IML para se fazer a autópsia ou se não entregariam. Eram duas visões distintas. Havia um medo de se entregar o corpo, pois poderia desaparecer. Eles poderiam sumir com o corpo. E se ficou com a Segunda opção, o que significou a possibilidade de ritualizar o corpo do morto.

Para Machado (1988), a morte do estudante acordou uma revolta nacional em que não apenas os estudantes, mas, grande parte da população, protestaram. Foi a maior mobilização popular após o golpe de 1964.

A Passeata dos Cem Mil – Rio de Janeiro

De acordo com Ridenti e Antunes (2007) ano de 1968 presenciou a era das múltiplas explosões e revoltas: operários, estudantes, feministas, dos negros, dos

movimentos ambientais, dos homossexuais, dentre tantas outras formas de descontentamento social político.

Em 26 de junho de 1968, com a adesão de vários setores populares: mães, artistas, professores, jornalistas, líderes cassados, servidores populares, advogados, padres, freiras e dissidentes da revolução, se reúnem num protesto contra as violências policiais presentes no país. Esse movimento ficou conhecido como A Passeata dos Cem Mil. (Valle, 2009).

Segundo Santos (2009) o auge dos protestos e manifestações ocorreu no ano de 1968, com a Passeata dos Cem Mil, a Batalha da Rua Maria Antonia e o XXX Congresso da UNE em Ibiúna – SP. Esses episódios contemplou a presença de líderes estudantis como Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luís Travassos que militavam nas organizações supracitadas. O movimento estudantil assumia assim, uma postura mais partidária, com o envolvimento político em seu interior. Os estudantes clamavam o fim da ditadura, e gritavam que somente o povo armado conseguiria derrubar a ditadura.

Carmo (2010) relata que na manifestação dos Cem Mil, estavam presentes duas correntes distintas. A primeira formada por dissidentes dos partidos de esquerda tradicionais, que propunham uma ruptura violenta, e a segunda pelo PCB que acreditava na mudança por meio de um longo processo de transição.

No contexto de endurecimento do regime, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento do poder dos militares. Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos. Essas organizações político-militares adotaram táticas de assalto a bancos, sequestro de diplomatas estrangeiros para resgatar presos políticos, atentados a quartéis e outras modalidades de enfrentamento, o que, por sua vez, também produziu inúmeras vítimas entre agentes dos órgãos de segurança e do Estado. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 23).

Carneiro (2010) relata que o dia anterior à passeata, as pessoas não sabiam se ia ou não ser autorizadas a fazer o movimento, os jornais noticiava a compra de materiais como bomba de gás lacrimogêneo, coletes por parte da polícia, que gerava ainda mais um clima de tensão. E o mesmo autor (2010, p.21) acrescenta:

A passeata dos cem mil ocorreu numa quarta-feira do dia 26 de junho de 1968. Começou a partir das 10:00 h e foi até 17:45 h. Em reuniões os grupos marcaram os pontos de concentração, de encontro, antes de ir a Cinelândia, lugar onde seriam realizados os comícios.

De acordo com o Jornal Correio da Manhã (27/06/1968), às dez e meia na Cinelândia avista-se somente pombos e pequenos grupos de estudantes, como também alguns policiais disfarçados junto ao Bar Amarelinho. O tão esperado movimento não estava em todo seu auge e vigor nas primeiras horas da manhã. As 11:05 h, já se encontrava na escadaria do Teatro Municipal, professores, padres e algumas freiras, onde permaneceram por mais meia hora de espera. No mesmo momento, os grupos intelectuais, artísticos, escritores e cantores se reuniam na frente do teatro Mesbla.

A descrição da Passeata dos Cem Mil para Ventura (1988, p.163) descreve a sua trajetória, desde a candelária ao relógio da Central do Brasil, que marcava 16 horas. O mesmo lugar que era realizada missas, aconteceu “intensa violência e repressão por parte dos militares”. A passeata traçou a caminhada por pontos significativos na cidade.

O Jornal Correio da Manhã (27/06/1968) descreve que aproximadamente 150 padres e freiras se ajuntaram também em frente do teatro municipal. Os padres chegaram a grupos de cinco os seis e mantiveram-se unidos durante toda a passeata. Frente à passeata estava os líderes de cada movimento estudantil, como também os estudantes. Primeiro vinha os estudantes das faculdades federais e depois particulares, logo após estes todos os demais protestantes, como professores, cantores, artistas, mães, intelectuais e jornalistas. Segundo Vladimir (1998, p. 140) diz que “a massa estudantil era maioria na multidão e já estava acostumada a lidar com o povo: os estudantes conduziam os outros setores da população, transmitindo as diretrizes e mantendo a ordem”.

Carneiro (2010, p. 24), relata que as 14:00 h os manifestantes se deslocaram da Cinelândia e foram pela avenida Rio Branco se organizando para sair em passeata. À proporção que iam avançando pela Avenida Rio Branco, do alto dos edifícios caía uma chuva de papel.

A frente da passeata vinham as lideranças estudantis, depois os estudantes ligados a FUEC, o contingente das faculdades (primeiro as federais, depois as particulares), os artistas, outras delegações de faculdades, os intelectuais, o clero, as mães, os arquitetos, os estudantes do colégio Pedro II, os professores, os jornalistas, os estudantes da faculdade da UEG. (Carneiro, 2010, p. 25).

Machado (1988, p. 93), descreve no livro o depoimento de uma mãe que relata: “...mas nos fomos diretinho como dizia no panfleto. Grupo de cinco. E levávamos lenço molhado dentro da bolsa, e comprimido de vitamina C efervescente, para o caso de bomba de gás...”.

O Jornal Correio da Manhã (27/06/1968), fala que ao lado dos padres vinha o protesto das freiras, Vicentinas, Ursolinas, irmãs de caridade e Marianas. Em coro bem dividido, padres e freiras se revezavam, e a frase mais repetida durante o trajeto foi “os alunos tem razão, a igreja é do povo, a igreja quer justiça. Brasil dos brasileiros, chega de omissão. Participação, liberdade para os presos...a igreja está em marcha e precisamos de vocês”. Outro grupo de padres e jovens gritava “a busca da liberdade para a igreja, e a igreja contra a ditadura” e as freiras repetiam ainda que tímidas, uns trechos do hino Nacional da Independência.

Segundo Castro (1985), a participação da igreja na passeata também é algo a ser destacado, pois pastores, rabinos, espíritas e umbandistas, deram um suporte efetivo ao apelo ideológico. Costa, Pandolfi e Serbin (2001, p. 131) acrescentam: “Em suas memórias Dom Waldir Calheiro recorda a presença de Dom Castro Pinto, bispo, de braços dados com estudantes e manifestantes na passeata de protesto pela Avenida Rio Branco”.

Carneiro (2010, p. 29), fala que é de extrema relevância, pensar os usos e símbolos que “os cem mil” tem hoje em nossa sociedade. Essa passeata representou um marco na história, o qual é possível observar eventos que foram batizados como o nome de “Cem Mil”, graças ao evento anterior que tiveram. Temos como exemplo a Marcha dos Cem Mil em 26 de junho de 1998; Marcha dos Cem Mil em 26 de agosto de 1999, entre outros.

Passeatas estudantis se repetiram em quase todos os estados do Brasil naquele período. Em São Paulo, em 3 de outubro, estudantes da USP, na rua Maria Antonia, enfrentaram a polícia e alunos da Universidade Mackenzie, sede do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), resultando na morte de outro secundarista, José Guimarães. Dias depois, ocorreu ocupação policial que deixou o antigo prédio universitário praticamente destruído. No dia 12 de outubro, a polícia invadiu um sítio em Ibiúna, no interior do estado, onde se realizava, de forma clandestina, o 30º Congresso da UNE, prendendo os participantes (entre 700 e 1.000 pessoas), incluindo-se aí a quase totalidade de suas lideranças nacionais. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 24).

De acordo com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007, p. 24), a Passeata dos Cem Mil não teve um final feliz, por sua vez “acabou acirrando ainda mais a tensão no seio dos segmentos extremistas do regime”. E no final do ano de

1968, foi criado o Ato Institucional mais cruel e devastador de todos os outros, conhecido como AI 5.

O golpe dentro do golpe – Ato Institucional 5

Apesar de o golpe militar ter ocorrido em 31 de março de 1964, ele somente veio a se intensificar após o lançamento do Ato Institucional 5 de 1968. Para compreender a origem e os motivos para a edição do AI-5, é necessário a compreender o panorama político interno e externo do regime de 1964 a 1968. Segundo Santos e Freitas (2009) o regime de 1964 não era coeso, existia uma grande variedade de correntes políticas dentro deste. As principais correntes militares da época eram os castelistas, formados por membros da escola superior de guerra e o grupo denominado linha dura do qual se destacava o Marechal Costa e Silva.

Na historiografia brasileira existem ao menos cinco destacadas interpretações diferentes sobre o lançamento do ato institucional número 5. Adriano Codato (2004), relata estas 5 hipóteses dividindo as em dois grupos: internalistas, onde a causa para o lançamento do AI-5 estavam dentro do regime, e externalistas onde as causas para o lançamento do Ato estavam fora do regime. A primeira hipótese, relata que o AI-5 representou o endurecimento do regime, sendo a vitória política do grupo linha dura sobre os castelistas (moderados), já a segunda hipótese atribui ao grupo linha dura o sucesso do tão conhecido “golpe dentro do golpe”, ou seja, o AI-5 teria sido um golpe dos radicais da direita sobre os castelistas. Ambas as explicações internalistas superestima ainda para Codato (2004), superestimam o regime militar e afirmam que o grupo “linha dura” teria sido o único responsável pela radicalização do regime.

Para Ridenti e Antunes (2007), foi em 13 de dezembro de 1968 que a Ditadura Militar acentuou sua força. Com o decreto Ato Institucional número 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”, “oficializou-se o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70”. Nesse contexto, o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estudantis foram colocadas temporariamente em recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militar, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, entre outros atos horrorosos.

Consolidou-se, com o AI-5, uma dinâmica de radicalização que já tinha nascido no bojo da disputa que envolveu a escolha do sucessor de Castello Branco no comando do regime. O general Costa e Silva assumiu a presidência, em 1967, como representante da chamada Linha Dura, vale dizer, setores das três Armas que rejeitavam qualquer moderação ou tolerância quanto às oposições. Na chefia do SNI, Costa e Silva colocou Garrastazu Médici, que seria o presidente seguinte, representando o período de maior truculência repressiva. Nessa dinâmica, o governo tinha alijado até mesmo lideranças políticas que foram grandes expoentes da mobilização pela deposição de João Goulart, como Carlos Lacerda e vários outros. O endurecimento levou ao surgimento, em 1966, de uma Frente Ampla que reunificava figuras diametralmente opostas no leque partidário brasileiro, como o próprio Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart e outros. Em 5 de abril de 1968, a Frente Ampla seria terminantemente proibida pelo regime. (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 23).

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2007), o AI-5 foi considerado um verdadeiro “golpe dentro do golpe”. O Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada, foram suspensos os direitos individuais, inclusive o de habeas-corpus. O Conselho de Segurança Nacional teve seus poderes ampliados e a chamada Linha Dura assumiu o controle completo no interior do regime. Ações de guerrilha urbana, já iniciadas antes do AI-5, se avolumaram nitidamente até setembro de 1969, quando o espetacular sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick significou uma desmoralização do poderio repressivo do regime e, ao mesmo tempo uma convocação para que ele fosse redobrado. Desta forma Saggiorato (2008) acrescenta que o AI-5 foi à expressão mais emblemática da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ação arbitrária de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime militar, dando o poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime como tal considerados.

Inúmeros operários, estudantes, intelectuais, políticos e opositores foram mortos, cassados, torturados ou forçado a exílio, após a criação do AI-5. “Rígida censura foi imposta aos meios de comunicação e às manifestações artísticas”. Ridenti e Antunes (2007, p.10).

As aspirações dos protestantes universitários

A célebre Passeata dos Cem Mil, que protestava contra a ditadura e a repressão policial para Antunes e Ridenti (2007 p.82), foi um ato tão grandioso, que nem o governo conseguiu reprimir a passeata, devido à pressão da opinião pública.

Carmo (2010), acrescenta que “os manifestantes almejavam a revolução, mas se diferiam no modo pelo qual esta deveria dar se apenas, democrático ou socialista”.

De acordo com Paula (2009), no ano de 1960 a 1980 os movimentos estudantis deram-se pelos seguintes motivos: Aumento da conscientização política em relação ao analfabetismo, exploração das migrações nordestinas e rurais e corrupção política; luta em defesa das riquezas nacionais; busca da educação como instrumento de ascensão social; sentimento de nacionalista da juventude; resistência militar; lutas por democracia, liberdade e cidadania; luta por anistia ampla, geral e irrestrita.

Ramos (2005, p. 3), “a reforma universitária proposta pelos estudantes visava melhorias materiais como ampliação e modernização em bibliotecas, restaurantes e nas diversas instalações do campus universitários. Inovações no processo ensino-aprendizagem e no modelo curricular também faziam parte dessa reforma. Além dessas lutas específicas no setor educacional, a UNE deixa transparecer em seus planos de ação, reivindicações que englobavam outros setores sociais, como trabalhadores e camponeses”.

A questão dos excedentes era um assunto antigo, e que há muito tempo incomodava os estudantes. Refere-se aos alunos que embora aprovados nos vestibulares das universidades públicas, não conseguiam se matricular pro falta de vagas. No qual para Azevedo (2010, p.11)“. Esta situação gerou tensão, ansiedade e muita mobilização por parte dos estudantes”.

Nos últimos anos, o número dos (candidatos), que tentam ingressar nos cursos superiores e que, embora considerados habilitados nos exames vestibulares, não conseguem vagas, tem aumentado progressivamente, tornando se um problema a preocupar as autoridades universitárias e, sobre tudo os setores político-administrativos, aos quais não interessam as agitações que a questão dos excedentes provoca todos os anos, com protestos, passeatas, manifestos e invasões de faculdades e até da Congregação, como sucedeu este ano na Faculdade de Filosofia (VIOTTI, 1968 apud MARTINS, 1988, p. 56).

Para Ridenti e Antunes (2007), as rebeliões só viriam a desencadear em 1968, em decorrência dos excedentes. Os estudantes que obtinham média nos vestibulares eram obrigados a desistir de seus sonhos, pois o número de vagas disponíveis era menor do que o de aprovação. Tamanha desilusão, fez com que muitos jovens mobilizam- se contra o sistema militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos o passado, conseguimos descobrir ideias, costumes, mundos totalmente diferentes dos quais vivemos hoje. De geração a geração a sociedade vem sofrendo transformações ideológicas, políticas e sociais. Os jovens que se uniram a União Nacional dos Estudantes – UNE, e aos diretórios estudantis no ano de 1968, quebraram barreiras em prol de um futuro melhor. O movimento estudantil dos anos 60, teve tanta influencia na sociedade, que conseguiu a unificação das massas sociais em favor do bem comum. Eles representaram não só os interesses dos estudantes, mas de toda sociedade brasileira.

Os movimentos estudantis conseguiram o aumento da conscientização política em relação ao analfabetismo, a luta em defesa das riquezas nacionais, a busca de educação como instrumento de ascensão social, o sentimento de nacionalidade da juventude, a luta pela democracia, liberdade e cidadania, luta por anistia ampla, geral e irrestrita.

Com o desenrolar dos anos, foi possível perceber que a ditadura militar se intensificou tanto em força como em crescimento. A UNE foi uma das vítimas desse grande vilão. Torturas, perseguição, ameaças, foram alguns dos vários atos violentos sofridos pelos estudantes nesse período. Mesmo com as adversidades, os jovens seguiram firmes em suas aspirações, chegando até o seu auge em 1968 com a Passeata dos Cem Mil. É de extrema importância perceber o símbolo que a Passeata dos Cem Mil trouxe as gerações seguintes. Foi um marco histórico, que eternizou o termo “cem mil” em vários outros movimentos.

A Passeata do Cem Mil acabou acirrando ainda mais a tensão dos segmentos extremistas do regime militar. O governo estava se sentindo coagido pela insegurança da perda do poder, e assim atitudes severas levaram a criação do Ato Institucional 5 – (AI-5), que foi o mais cruel e violento de todos os tempos. Contudo ele não invalida o esforço que a sociedade e os estudantes desempenharam na Passeata dos Cem Mil, pois a mobilização conseguiu fornecer aos seus revolucionários o sentimento de missão cumprida, e a esperança de mudanças.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. **Quando eles eram revolucionários**. In: VIANNA, Hermano (Org.). Galeras Cariocas. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ABREU, A. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2003.

ANDRADE, M. e LAKASTOS, E. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. **Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. Dossiê: 40 aos de Maio de 68**. Mediações v.12, n.2 p.78-80, jul/dez, 2007.

AZEVEDO, L. R. **O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX**. In: ECCOM, 2010, São Paulo. Resumo dos trabalhos do ECCOM. p.7-22. São Paulo: ECCOM, 2010.

BENEVIDES, S. C. O. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória**. 400.p. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CARNEIRO, S. D. B. C. **A Passeata dos Cem Mil na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1968**. In: XXIV – encontro anual da ANPOCS – GT 1-Biografia e Memória, 2000, Petrópolis. Resumos dos trabalhos do XXIV encontro anual da ANPOCS. Rio de Janeiro: ANPOCS-GT, 2000. p.1-32.

CARMO, P. S. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

CASTRO, M. **A igreja e o autoritarismo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CODATO, A. N. **O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas**. In: Revista histórica: Questões e Debates, nº40, p. 11-36, Curitiba: Editora UFPR, 2004.

COSTA, C. M. L.; PANDOLFI, D. C.; SERBIN, K. **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976.

CUNHA, L.; GÓES, M. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DIRCEU, J. P.; PALMEIRA, V. **Abaixo a Ditadura: O Movimento de 68 Contado por seus Líderes**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo- Garamond, 1998.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GABEIRA, F. **O que é isso companheiro?** 24.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

FOLHA. Acervo do Jornal Folha de São Paulo. Ano XLVIII-II Caderno, nº 14.166. São Paulo, 6 de mar. de 1968.

FOLHA Acervo do Jornal Folha Correio da Manhã. Ano XLVIII-II Caderno, nº 14.166. São Paulo, 27 de jun. de 1968.

FOLHA Acervo do Jornal Folha de São Paulo. Ano XLVIII-II Caderno, nº 14.156. São Paulo, 27 de jun. de 1968.

GABEIRA, F. **O que é isso Companheiro?**1.ed. Rio de Janeiro:Codecri, 1981.

HELLER, M. I. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 28 de set, 2014.

MACHADO, A. M. **Tropical Sol da Liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKACTOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas,2003.

MARTINS, C. B. **Ensino pago: um retrato sem retoques**. São Paulo: Cortez, 1988.

OLIVEIRA, L. S. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PAULA, G. C. C. **A atuação da União Nacional dos Estudantes – UNE: Do inconformismo á submissão ao estado (1960-2009)**. Tese (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. 383 f. Goiânia, 2009.

POERNER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RABAT, M. N. **A participação da juventude em movimentos sociais no Brasil. Biblioteca Digital da Câmara dos deputados**. Centro de documentação e informação- Consultoria Legislativa. Brasília: Biblioteca Digital Câmara, agosto, p.1-10. 2002. Disponível em:<<http://bd.camara.gov.br>>. Acessado em: 08/03/2018.

RAMOS, C. M. **As representações estudantis atreves da UNE na década de 1960.** In: ANPUH- XXIII simpósio nacional de historia, Londrina, 2005. Resumo dos trabalhos do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH, 2005.p. 1-6.

REIS FILHO, A.; MORAES, D. P. **68: a paixão de uma utopia.** 1.ed.Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, D. C. **A UNE e a reforma universitária: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade nos anos 60.** Maringá, 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de história.** Passo Fundo: Ediupf,1998.

SAGGIORATO, A. **Anos de chumbo: Rock e repressão durante o AI-5.** Artigo da Universidade de Passo Fundo – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, 157 f. Passo Fundo – RS, 2008.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964.** Campinas: Alínea, 2008.

SANTOS, E. S; FREITAS, N. S. **O Ato Institucional número 5: o mais violento dos decretos.** In: IV SEAD – Seminário de estudos em análise do discurso de 1969-2009: Memória e história, p. 1-7. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, J. S. **Repressão ao movimento estudantil na ditadura militar.** ISSN, ano III, número 5, p. 1-10. Acessado em:<www.marília.unesp.br/aurora>. Disponível em: 30 de fev. 2014.

SANTOS, J. S. **O Movimento Estudantil nos anos 70: ações e concepções. 2009.** Marília: Aurora, 2009.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo:Herder:Edusp, 1965.

SYRKIS, A. **Os Carbonários: Memórias da guerrilha perdida.** São Paulo: Global, 1980.

VALLE, M. R. **1968: O Diálogo é a Violência – movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.